

Status e identidade da Biblioteconomia Jurídica na Nigéria

Doreen Yemisi Olorunfemi

Pesquisa sobre o status e a identidade dos bibliotecários jurídicos na Nigéria. O objetivo é identificar, discutir e produzir uma revisão de literatura sobre os requisitos educacionais, regulamentação profissional, mercado de trabalho, salários, associações, sindicatos e trabalhos de pesquisa dos bibliotecários jurídicos. O método utilizado consistiu de seis entrevistas realizadas com bibliotecários jurídicos oriundos de Biblioteca Universal; Faculdade de Direito da Nigéria; judiciário; escritório de advocacia; biblioteca pública; e uma editora na Nigéria.

Palavras-chave: Biblioteca jurídica - Nigéria. Bibliotecários jurídicos - Nigéria.

Status and identity of law librarianship in Nigeria

This paper investigates the status and identity of law librarians in Nigeria. The objective is to identify, discuss and review literature on the educational requirements, professional regulation, labour market, salaries, associations, labour union and research study of the law librarians. The population for this study consists of six interviewed law librarians that were selected from University Library; Nigerian Law School; Judiciary; a law firm; public service library; and a publishing house in Nigeria. Face to face interview was used to collect data from the six respondents.

Keywords: Law Libraries - Nigeria. Law Librarians - Nigeria.

Bibliotecária diretora na *Adekule Ajasin University Akungba-Akoko*, no Estado de Ondo, Nigéria. Atualmente é a bibliotecária encarregada da biblioteca da academia de direito da universidade.

doreenolorunfemi1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca armazena materiais informacionais com uma variedade de assuntos e recursos informacionais eletrônicos. As fontes são organizadas para permitir acesso aos usuários, mediante pequeno ou nenhum pagamento. O objetivo principal da biblioteca é prover aos usuários, livre acesso para as informações ali mantidas. Uma biblioteca jurídica consiste em materiais jurídicos armazenados em um edifício sob a administração de uma organização responsável ou de uma pessoa física. Os materiais jurídicos são primeiramente organizados para possibilitar o fácil acesso e o uso para docentes e discentes de Direito, juízes, advogados e pesquisadores. Olorunfemi (2014) postula que as bibliotecas jurídicas contêm materiais impressos bem organizados e processados que cobrem todos os assuntos da área do Direito, bem como bibliotecas digitais e eletrônicas. Anyaegbu *et al.* (2013) refere-se à biblioteca jurídica como o espaço onde, profissionais e estudantes de direito são atendidos e encorajados a interagir com informação jurídica para estudo, pesquisa e fins profissionais. O objetivo dessa biblioteca é prover informação jurídica atualizada e relevante para os usuários. Bibliotecas jurídicas são geralmente estabelecidas em faculdades de Direito, tribunais de justiça e outras organizações relevantes para oferecer serviços de informação jurídica (Olorunfemi, 2014).

Dada (1998), citado por Ali; Owoeye; Anasi (2010), explica que as bibliotecas jurídicas representam um tipo híbrido especial da Biblioteconomia. As bibliotecas jurídicas são vistas como uma biblioteca híbrida especial em função da mistura entre os recursos jurídicos tradicionais impressos e o crescente número de recursos eletrônicos (bases de dados jurídicas). O termo *biblioteca híbrida* é comumente utilizado por bibliotecários porque têm o papel de prover acesso para fontes impressas e eletrônicas (MALINCONICO, 2002). Bibliotecários provêm acesso para fontes de informação jurídica (impressas), bases de dados jurídicas e recursos informacionais eletrônicos necessários para estudos jurídicos e para a administração da justiça. (AKINWUMI, 2015). Akinwumi (2015, p.1) afirma em um artigo denominado *O uso de ICT no fornecimento de serviços de bibliotecas jurídicas para educação jurídica e treinamentos inovadores* que, bibliotecas jurídicas desempenham um papel dominante no provimento de acesso à informação impressa e eletrônica, ensino e pesquisa em instituições acadêmicas. A *American Association of Law Libraries* (2014) também afirma que, bibliotecas jurídicas oferecem fontes jurídicas, enquanto os bibliotecários jurídicos viabilizam o acesso para e-fontes e também guiam os usuários na localização de

fontes de informação jurídicas relevantes. Hence; Malono; Sholaja (2001) explicam que a existência da Biblioteconomia Jurídica é condição *sine qua non* para a administração da justiça e para estudos jurídicos na Nigéria.

Biblioteconomia vem da época em que papel, escritos e impressos foram descobertos entre 1450 e 1455 AD. por Johannes Gutenberg, quem imprimiu os primeiros textos (MEGGS; PURVIS, 2006). O desenvolvimento da Biblioteconomia desde então, acelerou-se e continuou em um crescimento amplo como profissão, que pode ser visto na contínua aquisição, organização e disseminação de fontes de informação para usuários na biblioteca. Entretanto, no contexto da Biblioteconomia Jurídica como um nicho da biblioteconomia, desenvolveu-se para tornar-se uma mistura de profissionais do Direito e Biblioteconomia. Como observado por Anyaegbu *et al.* (2013) existe uma relação interdependente entre Biblioteconomia e Direito, porque o Direito é uma profissão que se nutre largamente de informações que são, normalmente, providas por Bibliotecas e por Bibliotecários Jurídicos.

Um bibliotecário jurídico é um profissional da informação que trabalha em várias frentes legais, incluindo escolas de Direito, escritórios de advocacia e bibliotecas governamentais (*The Legal Information Professional*, 2016). O termo, bibliotecário jurídico é geralmente utilizado para descrever ou identificar os bibliotecários associados a bibliotecas jurídicas para operar e prover acesso a fontes e recursos de informação em bibliotecas jurídicas. Em outras palavras, bibliotecários jurídicos são as pessoas que trabalham para prover acesso a fontes e recursos de informação em bibliotecas jurídicas. Anyaegbu *et al.* (2013) estudaram *Bibliotecas jurídicas na era da informação: o papel dos bibliotecários das academias de Direito*. O estudo descobriu que, bibliotecários jurídicos ainda estão por ser aceitos como uma profissão, assim como outras profissões (Medicina, Direito e Contabilidade) na Nigéria. Baseado nas descobertas de Anyaegbu *et al.* este artigo investiga o status e a identidade dos bibliotecários jurídicos na Nigéria. Neste trabalho, revisamos a literatura sobre a qualificação educacional dos bibliotecários jurídicos, requisitos legais, atividades profissionais, regulamentação profissional, mercado de trabalho, salários, associações, sindicatos e pesquisas. O estudo também entrevistou seis bibliotecários jurídicos oriundos de diferentes bibliotecas jurídicas na Nigéria.

2 QUALIFICAÇÃO EDUCACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS

É importante para o bibliotecário jurídico possuir alguma qualificação educacional para ser reconhecido como bibliotecário responsável pela bibliotecas jurídica. A qualificação educacional para os bibliotecários jurídicos é a mesma requerida pela *American Library Association* para os bibliotecários em geral: "um programa em nível de mestrado em Biblioteconomia e Estudos Informacionais, autorizado e reconhecido pelo organismo nacional apropriado de qualquer país é o grau profissional adequado para bibliotecários" (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016). Isto significa que todo programa de curso universitário (Arte, Música, Direito, Psicologia, Medicina, etc.) pode ser utilizado para admissão em programas de mestrado em Biblioteconomia e Estudos Informacionais. Em todo caso, qualquer um que possua graduação em qualquer área tem permissão para estudar Biblioteconomia no nível de mestrado, independentemente de sua formação anterior. Na Nigéria, a *National Universities Commission* é o organismo nacional que define o programa de mestrado em Biblioteconomia como a qualificação profissional adequada para bibliotecários. Além disso, a *Nigerian Library Association* também espera que os bibliotecários registrem-se como bibliotecários diplomados para que possam atuar na Nigéria.

A *American Library Association* (2016) afirma que isto depende de cada país, em adição ao grau de mestre; um grau de Doutor em Direito é algumas vezes requerido para bibliotecários trabalhando em serviço público, cargos administrativos em bibliotecas universitárias jurídicas e algumas bibliotecas de escritórios de advocacia. De acordo com a *American Library Association* (2016), cargos em departamentos de serviços técnicos e em várias bibliotecas de escritórios de advocacia não exigem o grau de Doutor em Direito para que sejam reconhecidos como bibliotecários jurídicos na Nigéria. O *Council of Legal Education*, entretanto, recomenda que o bibliotecário jurídico deva ter a graduação em Direito, em complemento ao mestrado em Biblioteconomia e Estudos em Informação. Entretanto, a qualificação requerida para trabalhar como um bibliotecário jurídico é o mestrado em Biblioteconomia (MLS) de uma escola reconhecida pela *American Library Association*. Um dos seis entrevistados explicou que, "Nigéria possui várias escolas de Biblioteconomia reconhecidas, que oferecem programas de mestrado, mas nenhuma instituição oferece cursos de especialização em Biblioteconomia Jurídica". Então, para ser reconhecido como bibliotecário jurídico, o candidato precisa ser qualificado em Direito e Biblioteconomia. O estudo de Dada (2011) *Law Librarianship and Legal Research in the Digital Age*

indica que o bibliotecário jurídico deve ter um bom embasamento em Direito e Biblioteconomia. Dada (2011) visualiza que os graus de mestre e doutor são mais apropriados para um bibliotecário jurídico. Baseado na paridade educacional de professores e bibliotecários no ambiente acadêmico é pertinente para o bibliotecário ter as duas qualificações, em função do *status* equivalente entre professores e bibliotecários, que requerem qualificações paralelas e compatíveis que eliminem qualquer discrepância e desequilíbrio no *status* e na qualidade de sua educação. Dada (2011) mais adiante explica que professores e bibliotecários desenvolvem suas funções em condições de igualdade e que nenhum deles opera a partir de uma posição de incapacidade em termos de qualificação. Assim, é esperado que todos os bibliotecários jurídicos em exercício, sejam bibliotecários experientes e membros qualificados de faculdades de Direito que possam ser designados para chefiar qualquer biblioteca jurídica na Nigéria.

3 PAPEL DOS BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS

É esperado que os bibliotecários jurídicos estejam atualizados sobre os novos desdobramentos do Direito e da Biblioteconomia. O papel do bibliotecário jurídico nos ambientes de informação eletrônica não pode ser subestimado. Papéis como os apontados por Leiter (2007) citado por Anyaegbu *et al.* (2013), incluem: avaliação da qualidade das fontes de informação impressas e eletrônicas; ensino de metodologia de pesquisa jurídica; participação nas tarefas em suas instituições que se encaixam nas funções do bibliotecário jurídico e outras exigências para ser um estudioso competente e diligente. Akinwumi (2015) aponta que bibliotecários jurídicos no ambiente acadêmico também ensinam pesquisa jurídica, criam guias de pesquisa para orientação de alunos, apoiam os estudantes nas bibliotecas, oferecem novos serviços que possam suprir as necessidades dos alunos, promovem treinamentos e orientam sobre o uso de recursos jurídicos.

Onoyeya e Ajayi (2015, p. 45) enfatizam que se espera que os bibliotecários jurídicos tenham dupla graduação, conhecimento especializado e perícia nas fontes e recursos jurídicos e competência em Direito e Biblioteconomia. Isto porque, a posse de qualificação acadêmica e profissional capacita o bibliotecário jurídico a executar suas tarefas especializadas, habilitá-lo para ensinar, conduzir pesquisas e publicar em periódicos acadêmicos apropriados. Isso os levará ao nível de equivalência com colegas de outras disciplinas. Baseado nesses fatores pode-se dizer que as

qualificações acadêmica e profissional são importantes fatores que podem facilitar uma bem sucedida implementação de responsabilidades profissionais. De acordo com Dada (2011) o profissional bibliotecário jurídico deve ser capaz de sustentar discussões úteis com colegas e publicar resultados de pesquisas como outros membros da faculdade.

4 ATIVIDADES PROFISSIONAIS

A cada ano membros da *Nigerian Library Association* encontram-se para as conferências e oficinas anuais que envolvem discussões vigorosas sobre as novas tendências em Biblioteconomia, que são tecnologias da informação, provisão de relevantes fontes de Direito e acesso a fontes de recursos de informação jurídica. Os membros da Associação incluem representantes de funcionários de bibliotecas públicas, governamentais, privadas, de instituições de ensino superior, escolas de Direito nigerianas, escritórios privados de advocacia, tribunais e outros estabelecimentos no país que tenham bibliotecas. Com um mesmo objetivo, os membros da associação compartilham informação e experiências de suas bibliotecas. O programa da biblioteca instrui seus membros sobre as formas específicas de provisionar e dar acesso a várias fontes de informação.

Com base na preeminente importância, a conferência identifica diversos desafios e oportunidades com os quais os bibliotecários geralmente precisam lidar para prover acesso a toda informação. Esse desafio inclui a falta de bibliotecários qualificados, incluindo bibliotecários jurídicos. Oportunidades surgem na área na qual os membros da *Nigerian Library Association* compartilham seus conhecimentos e experiências com outros membros para o desenvolvimento das bibliotecas.

Bibliotecários jurídicos como membros registrados da *Nigerian Library Association* também participam ativamente das atividades profissionais de bibliotecários. Os bibliotecários jurídicos nesse fórum também identificam e discutem desafios e oportunidades comuns para suas bibliotecas, independentemente do tipo de biblioteca, sejam bibliotecas universitárias jurídicas, bibliotecas privadas de Direito ou bibliotecas de tribunais.

5 EXIGÊNCIA LEGAL E A LEI QUE REGULAMENTA AS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DOS BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS

Na Nigéria, todos os profissionais e associações registradas possuem leis e exigências legais que regulam suas atividades no país. O Ato do *Librarians Registration Council of Nigeria*, Capítulo L 13, Decreto número 12 de 1995 das Leis da Federação da Nigéria é a lei que regulamenta as atividades profissionais dos bibliotecários (inclusive os bibliotecários jurídicos) na Nigéria. Também a lei que regulamenta as atividades da *Nigerian Bar Association* (NBA) é aplicável aos bibliotecários jurídicos. Devido a sua dupla posição profissional, os bibliotecários jurídicos são igualmente qualificados para se registrarem como advogados e bibliotecários e são naturalmente, membros das duas associações. A lei que regula o *Librarians Registration Council of Nigeria* (LRCN) foi estabelecida pelo Decreto 12, de 1995. O Conselho é o organismo que regulamenta a prática da Biblioteconomia, assim como de outras profissões, como Engenharia e Medicina na Nigéria. O Conselho também introduz os bibliotecários na profissão (OKOJIE, 2011).



A lei que regulamenta a *Nigerian Bar Association* (NBA) é a Lei da Federação da Nigéria (LFN), subseção 1(2) do Ato de Educação Jurídica, Cap. L10, 2004. A lei determina que deve haver um organismo a ser conhecido como Conselho de Educação Jurídica que deve ser um organismo corporativo com sucessão perpétua e uma chancela para regular todas as atividades dos advogados na Nigéria. Consequentemente, as exigências legais regula a biblioteconomia jurídica são as leis que regulam a *Nigerian Library Association* e a *Nigerian Bar Association* (NBA). Portanto, exigências legais e a lei para regular a Biblioteconomia Jurídica como uma profissão, ainda estão para serem consideradas no país. Tuyo (2015) afirma que “*exigências legais ainda são uma recomendação do Council of Legal Education (CLO) na Nigéria, não uma lei ainda*”.

As recomendações do *Council of Legal Education (CLO)* exigem que, para ser um bibliotecário jurídico, o pretendente deva ter a graduação em Direito e em Biblioteconomia. Isto tende a ser muito difícil de ser alcançado porque estudantes de Direito e advogados, jovens e *seniors* não estão desejosos de trabalhar em bibliotecas jurídicas como bibliotecários jurídicos. Apesar de se esperar que os bibliotecários

jurídicos ensinem a pesquisa em Direito e o uso efetivo da biblioteca, estudantes de Direito ainda vêm a Biblioteconomia Jurídica com indiferença e não gostariam de escolher a profissão como plano de carreira (ONAYEYAN e AJAVI, 2015). Eles estão interessados basicamente na prática jurídica para a qual foram treinados originalmente.

Baseado nisso, esse estudo descobriu que muito poucos bibliotecários também se aventuram em estudar Direito, como uma qualificação adicional, que os qualificaria como bibliotecários jurídicos. Assim, uma primeira graduação em Direito e uma outra graduação em Biblioteconomia são adequadas já que se tornam uma licença não formal para ser um bibliotecário jurídico na Nigéria. Ter um mestrado ou doutorado em Direito não é necessário para ser um bibliotecário jurídico, mas a combinação de uma primeira graduação em Direito e mestrado em Biblioteconomia é adequadamente requerido. Outras bibliotecas jurídicas, como bibliotecas do Judiciário, também têm advogado/ bibliotecário mas não é uma exigência como nas bibliotecas universitárias jurídicas, as quais tornam isso uma exigência compulsória para dirigir uma biblioteca de Direito.

A *American Association of Law Librarians* é de opinião que, devido a um número substancial de aposentadoria de bibliotecários jurídicos, há um futuro promissor para o cargo de bibliotecários jurídicos. Embora sejam muito poucos os bibliotecários jurídicos qualificados na Nigéria, há vários escritórios e funções onde o bibliotecário jurídico qualificado pode trabalhar. Por exemplo, bibliotecários jurídicos podem trabalhar como consultores para bibliotecas jurídicas públicas e privadas, escritórios de advocacia, bibliotecas de serviços públicos, livrarias e bibliotecas de tribunais. Não é comum na Nigéria, um bibliotecário jurídico trabalhar como autônomo, entretanto, não é impossível tornar-se um. Em todo caso, após aposentar-se, o bibliotecário jurídico poderá trabalhar como gerente de livrarias, editor ou administradores de escritórios jurídicos, onde poderão obter ganhos maiores do que aqueles recebidos como empregados.

6 SALÁRIOS

Nos Estados Unidos, os salários variam de acordo com a experiência e local de trabalho, o salário médio está entre \$45,000 e \$100,000 (*THE LEGAL INFORMATION PROFESSIONAL*, 2015). Não há uma disparidade entre o pagamento de salários para bibliotecários jurídicos e outros profissionais bibliotecários na Nigéria. Eles são pagos

com base na escala de salários das respectivas instituições ou de acordo com os níveis de entrada ou com o tempo de serviço no local onde estão trabalhando. Aqueles que estão trabalhando em escritórios do governo e outros estabelecimentos da Nigéria, recebem salários como aqueles aplicados para seus colegas nas mesmas categorias em outras disciplinas e quadros. Por exemplo, o salário para bibliotecários jurídicos em bibliotecas acadêmicas de direito variam entre N1.263,377 (\$6,348.95) e N6.020,163 (\$30,214.12).

7 ASSOCIAÇÕES

Os bibliotecários jurídicos são membros da *Nigerian Library Association*. Em entrevista realizada com bibliotecários de bibliotecas universitárias, foi pontuado que “não há nenhuma associação de bibliotecários



jurídicos na Nigéria como existe nos Estados Unidos e na Inglaterra”. Entretanto, as bibliotecas do Poder Judiciário têm uma associação para todo o *staff* que trabalha nas bibliotecas dos tribunais conhecida como *Nigerian Association of Law Libraries* (NALL). De acordo com Malomo; Sholaja (2001), a *Nigerian Association of Law Libraries* (NALL) foi estabelecida em 7 de março de 1975, como uma seção da NLA em Lagos. A NALL também é membro da *International Association of Law Libraries*, como membro institucional, que são: Corte Suprema, Bibliotecas Universitárias, Instituições de Pesquisa, Bancos Comerciais e Veículos de Comunicação, enquanto, todos os bibliotecários das instituições mencionadas acima são membros individuais (MALOMO; SHOLAJA (2001). O papel da NALL é fazer avançar as causas de seus componentes e alcançar uma maior unidade entre seus membros para realização do ideal e do princípio de atividades cooperativas entre os bibliotecários jurídicos na Nigéria. A Associação também organiza seminários, oficinas, conferências e um encontro geral anual para bibliotecários jurídicos no País. Entretanto, não há nenhuma associação especificamente proposta para a Biblioteconomia Jurídica na Nigéria.

Embora os bibliotecários jurídicos não têm nenhum sindicato, eles são membros natos dos sindicatos dos trabalhadores de seus respectivos locais de trabalho. Por exemplo, bibliotecários jurídicos que trabalham nas bibliotecas universitárias são

membros do *Academic Staff Union of Nigerian Universities*, enquanto aqueles empregados pelo governo também são membros do *Nigerian Labour Union*.

8 PESQUISA

Os bibliotecários jurídicos como membros do corpo de funcionários da universidade são conhecidos como orientadores de pesquisa e focados no desenvolvimento de suas carreiras acadêmicas e na necessidade de prover serviços de qualidade para os usuários da biblioteca. O bibliotecário jurídico também se engaja nas atividades de pesquisa e assim como seus professores, eles realizam pesquisas individuais, participa de seminários, oficinas e igualmente participa de conferências acadêmicas, tanto locais quanto no exterior onde apresentam trabalhos. Bibliotecários jurídicos também publicam artigos ou livros em periódicos reconhecidos que são relacionados com sua profissão, com o intuito de contribuir para o conhecimento, para sua auto-atualização e desenvolvimento. Entretanto, não há pesquisa nacional específica para bibliotecários jurídicos na Nigéria. Isto foi dito por Tuyo (2015) que exclamou “Não que seja do meu Conhecimento”, durante a entrevista presencial realizada com ela sobre questão se os bibliotecários jurídicos nigerianos têm um programa nacional de pesquisa.

9 PERIÓDICO

Há vários periódicos locais e internacionais para a Biblioteconomia Jurídica, onde profissionais bibliotecários jurídicos podem publicar artigos, eles apresentam trabalhos que são publicados em anais de congressos. O periódico local para a biblioteconomia jurídica é: “*Legal Information Collection Development in the 21st Century*” editado pela *Nigerian Association of Law Libraries*.

10 EVENTOS DE BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS

As principais atividades realizadas pela NALL incluem: congressos anuais e oficinas organizadas pelos bibliotecários jurídicos, para mostrar os resultados das pesquisas produzidas com seus colegas por meio da apresentação dos resultados encontrados. A *Nigerian Law School Library* também organiza anualmente um evento onde eles oferecem oficinas de treinamento para bibliotecários jurídicos nas faculdades

de Direito. Essas incursões são normalmente utilizadas para treinar e reciclar todos os funcionários das bibliotecas universitárias de Direito em como classificar materiais de direito com a Classificação de Moys^{NTR1}, em prover acesso a fontes de informação jurídica, no uso de fontes eletrônicas de informação e recursos de ICT nas bibliotecas do Judiciário. Também há o congresso bianual, organizado para os bibliotecários do Judiciário, que é o fórum onde os bibliotecários compartilham suas experiências de trabalho e novos conhecimentos, promovem a imagem dos bibliotecários do Judiciário. Em uma outra entrevista com uma bibliotecária jurídica, ela disse “os bibliotecários jurídicos não têm uma associação mas são membros da *Nigerian Association of Law Libraries*”. Entretanto, não há nenhum concurso de monografias, prêmios e homenagens para bibliotecários jurídicos na Nigéria.

11 DESAFIOS

O artigo identificou que o pequeno número de profissionais bibliotecários jurídicos é o maior lacuna e o maior desafio para a Biblioteconomia Jurídica. Há muito poucos bibliotecários jurídicos para dar assistência aos usuários das bibliotecas jurídicas que precisam de auxílio nas pesquisas de Direito. Portanto, somente algumas bibliotecas de Direito são gerenciadas por bibliotecários jurídicos na Nigéria. Atualmente, NUC/CLE não reconhecem bibliotecas acadêmicas de Direito que não têm bibliotecários jurídicos qualificados.

12 CONCLUSÃO

A conclusão que surge desse estudo revela que a dupla formação em Direito e Biblioteconomia dos bibliotecários jurídicos como enfatizada pelo *Council of Legal Education*, tem criado barreiras no desempenho efetivo dos bibliotecários atuais que estão trabalhando nas bibliotecas de Direito. A *National Universities Commission* e o *Council of Legal Education* (NUC/CLE) em suas recomendações e documentos, apenas reconhecem advogados/bibliotecários como os únicos bibliotecários jurídicos que são qualificados para gerenciar bibliotecas de Direito. Isto porque, os bibliotecários que não tem a formação em Direito tendem a ver as recomendações do NUC/CLE como uma tentativa de afastá-los, como bibliotecários jurídicos incompetentes, que não podem gerenciar bibliotecas de Direito. Não há nenhuma política reservada para introdução de associações, advogados, regulamentações e requisitos para

bibliotecários jurídicos na Nigéria. As descobertas desse estudo também revelaram que os estudantes de Direito não demonstram nenhum interesse em seguir a Biblioteconomia Jurídica como um caminho de carreira, mas apresentam atitudes positivas em direção as práticas jurídicas.

13 RECOMENDAÇÕES

Esse estudo recomenda, portanto, que bibliotecários que trabalham em bibliotecas de Direito devem ser encorajados, por meio de programas de treinamento no trabalho e programas de reciclagem, a obter a graduação em Direito para se qualificarem como bibliotecários jurídicos. Que os estudantes de direito sejam encorajados também a ter atitudes positivas em direção a Biblioteconomia Jurídica e em ver a Biblioteconomia Jurídica como uma profissão e um outro caminho a seguir, que poderão praticar no futuro. O artigo recomenda que, futuramente, a Biblioteconomia Jurídica deva dar uma atenção séria para encorajar o estabelecimento de sua própria associação, regulamentações/exigências legais, bem como, centros nacionais de pesquisa para capacitação e operações apropriadas para bibliotecas de Direito.

14 REFERÊNCIAS

- AKINWUNI, S.O. **The use of ICT in the delivery of law library services for innovative legal education**. Abuja: Nigerian Law School, 2015.
- ALI, H. ; OWOEYE, J.E. ; ANASI, S.N.I. **Resource sharing among law libraries: an imperative for legal research and the administration of justice in Nigeria**. Library Philosophy and Practice, 2010.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Becoming a Librarian**. <<http://www.ala.org/educationcareers/careers/paths/librarian>>
- ANYAEGBU, M.I.; OBIOZOR-EKEZE, R.N., ACHUFUSI, U.N. ; ADUAKA, C.E.A. Law libraries in information age: The role of academic law librarians. **Information and Knowledge Management**, v. 3, n. 12, 112–118, 2013.
- DADA, T.O. **Imperatives of adequate funding of law libraries in the 21st century in Nigeria**. 1998.

DAFA, T.O. **Law librarianship and legal research in the digital age**. Lagos: Nigerian Institute of Advanced Legal Studies, 2011.

LIBRARIANS REGISTRATION COUNCIL OF NIGERIA. Act Chapter L 13, Decree No. 12 of 1995 of the Laws of the Federation of Nigeria. (1995).

MALINCONICO, S.M. Digital preservation technologies and hybrid libraries. **Information Services and Use**, v. 159, n. 74, 173, 2002.

MALOMO, J.O. ; SHOLAIA, E.O. (2001). IN: NIGERIAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES. **Legal information collection and development in the 21st century**. Lagos: Nigerian Institute of Advance Legal Studies, 2001. p. vii.

MEGGS, P.B. ; PURVIS, A.W. **History of Graphic Design**. Hoboken, N.J: Wiley, 2006. p. 71.

NIGERIA. Federal Government. **Legal Practitioners Act**, S.24, Laws of the Federation of Nigeria. Rules of Professional Conduct in the Legal Profession, 2004.

NIGERIAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES. (2015). *Law library in innovative legal education and training*. Workshop for law librarians in faculty of law libraries. Abuja: Nigerian Law School, 2015. p. 1

OKOJIE, Victoria. **Opening speech by the Registrar/CEO at the induction programme of staff**. Feb. 25, 2016. Librarian registration Council of Nigeria: Ircnnigeria.blogspot.com.ng

OLORUNFEMI, D.Y. **Information seeking behaviour of law students in Nigerian Universities law libraries**. Information Studies. KwaDlangezwa: University of Zululand, 2014.

ONOEYA, G. ; AJAYI, L.J. Perceptions toward Law Librarianship as a Career Choice: A Study of Law Students in Ogun State, Nigeria. **Information and Knowledge Management**, v. 5, n. 7, 44–48, 2015.

TUYO, Olayinka. **Face to face Interview with the Law Librarian at the Nigerian Law School**. Abuja: Nigerian Law School, 2015.

NOTAS DO TRADUTOR

NTR¹ - É um sistema de classificação utilizado para material jurídico, em países com que adotam "common law", como Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido. Foi elaborado por Betty Moys e publicado em 1968.

Tradução: Terezinha F. Carvalho de Souza

Como citar este artigo:

OLORUNFEMI, Doreen Yemisi. Status e identidade da biblioteconomia jurídica na Nigeria. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.3, n.1, p. 128-141, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>.